

## NOTA DE IMPRENSA

O **Movimento** Associativo Estudantil Nacional do Ensino Superior esteve **reunido nos dias 16 e 17 de dezembro**, na Escola Superior de Comunicação Social em Lisboa, onde decorreu o **Encontro Nacional de Direções Associativas** (ENDA), com o intuito de debater posições que versam sobre diferentes áreas do Ensino Superior, apresenta as seguintes posições:

**Exigimos** que **sejam desbloqueadas as verbas necessárias** em compensação ao contrato celebrado na presente legislatura com as IES, lembrando o Primeiro-Ministro que o Ensino Superior é uma prioridade do seu governo e que não é através de despachos que desonram compromissos e **sufocam instituições fortemente subfinanciadas** que teremos uma sociedade virada para o Conhecimento. Caso até janeiro não seja resolvida a situação, **iremos tomar outro tipo de medidas**.

Perante o compromisso do Ministro, **exigimos**, igualmente, que **até janeiro sejam eliminadas as taxas de inscrição e de cobrança de diplomas**, bem como seja **garantida a isenção de taxas e emolumentos dos bolseiros** de ação social em Portugal.

**Não admitimos**, sob qualquer pretexto, que haja espaço para retrocesso de um direito basilar no nosso país, exigindo, igualmente, **explicações urgentes** acerca da situação lamentável e inconcebível que se **verificou na Faculdade de Direito de Lisboa**.

**Apesar de** reconhecermos um **aumento nas dotações orçamentais**, consideramos – como se tem vindo a verificar – que a sua execução pode estar aquém das necessidades do sistema. Criticamos, adicionalmente, a **falta de soluções práticas** relativamente à temática do **Alojamento**.

No que ainda diz respeito ao **Alojamento Académico**, solicita-se à tutela o início de uma linha de **apoio – urgente** – no sentido de dar resposta ao **maior flagelo dos últimos tempos** na Academia Portuguesa, **a falta de condições das residências**.

Foi notado ainda **problemas na plataforma de contratualização** da bolsa de estudos, solicitando urgentemente **explicações ao MCTES e à DGES**, com vista à respetiva resolução.

A **propina parcial** deverá ser fixada num valor **máximo de 50%** ao valor cobrado a tempo integral. Consideramos **indigna** a cobrança de propina a famílias de



ENA LISBOA  
ENCONTRO NACIONAL DE DIREÇÕES ASSOCIATIVAS 2017

estudantes falecidos ou a estudantes que abandonaram o Ensino Superior por falta de condições económicas comprovadas.

Questiona-se a **estratégia do Governo para com o Regime Fundacional** dada a sua indefinição atual.

O Movimento Associativo Nacional,

Lisboa, 17 de dezembro de 2017